

NOITES DE SOCIOLOGIA DO PORTO —IV

Quando, em 1990, um grupo de alunos do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto começava a desenvolver o projecto de realização de um ciclo de conferências, poucos seriam os que acreditavam que conseguíssemos chegar à realização de uma segunda, terceira e quarta edição do evento. Este descrédito era, contudo, compreensível. A proposta de trazer a Sociologia para fora das portas da Universidade parecia constituir um objectivo difícil e arriscado. Cativar um público externo aos meios académicos para palestras é sempre uma árdua tarefa. Esta «missão» tornava-se ainda mais complicada pelo facto de desejarmos que estas conferências se realizassem à noite. Saíamos dos meios académicos — os quais nos fazem, normalmente, sentir mais seguros — no escuro...

*Assim, as **Noites de Sociologia**, constituíam um dos maiores desafios a que os alunos deste curso se propunham desde a fundação do mesmo na Universidade do Porto em 1985.*

Mas se o desafio era grande (ou talvez por isso mesmo) a vontade de levar este barco a bom porto era ainda maior.

Inevitavelmente tivemos muitas tempestades, alguns furos no casco, perdemos por vezes o rumo mas nunca naufragámos.

Ao longo das primeiras três edições conseguimos fazer passar por este navio alguns dos navegadores mais eminentes da investigação sociológica em Portugal. Transportámos também alguns outros velejadores que, com o seu magnífico contributo, equilibraram este barco numa tentativa de evitar o sentido único. Acorámos em diversos portos e conhecemos muitas gentes que felizmente se mostraram sempre abertas a novos conhecimentos e experiências.

Mas em 1994 sentimos o peso da rotina. O barco velejava praticamente sozinho e era necessário mudar alguma coisa. O facto de já não sentirmos dificuldades tornava-se um pouco desmotivador. Foi nesse momento

que decidimos que devíamos fazer algo, mudar de direcção e remar outra vez contra a maré.

*Desta forma, na edição das **Noites de Sociologia** de 1994 fizemos uma nova aposta. Quisemos descobrir o que de novo se estava a passar na investigação sociológica em Portugal, ou seja, quem são os novos sociólogos e o que estão a fazer.*

Esta necessidade (quase vampiresca) de sangue novo respondia perfeitamente à nossa inquietude e vontade de começar tudo de novo. Mais uma vez um grupo de alunos tentava levar a cabo uma «missão impossível»...

O resultado deste nosso novo «investimento» encontra-se, compreensivelmente de uma forma reduzida, nas comunicações que se seguem. Seria impossível tudo transcrever, mas a leitura deste dossier poderá desde já deixar transparecer o conteúdo destas «viagens sociológicas» realizadas no mês de Abril de 1994.

Apenas uma dúvida nos assalta: o que fazer na próxima edição das Noites de Sociologia?

Esperamos que esta seja uma boa forma de lhe despertamos a curiosidade para as próximas Noites de Sociologia do Porto!

Sérgio Aires

«A CIDADE DO ENCONTRO E DA SOLIDÃO»

Moderador: Sérgio Aires

Intervenientes: Alfredo Allen

José Vergílio Pereira

Rosa Couto, Carla Guerra e Maria da Luz Silva

Intervenção de JOSÉ VERGÍLIO PEREIRA

1. Aviso prévio

Do que falamos quando falamos de encontro e de solidão?

Poderá ser esta a melhor forma de introduzir o conjunto de reflexões que o título desta Noite de Sociologia me sugeriu.

Talvez devido à enorme carga ideológica e à diversidade de teorias — mais ou menos — científicas correntemente associadas a esta temática julgo

ser imprescindível promover um pequeno esclarecimento prévio do entendimento que sociologicamente se poderá fazer das noções aqui mais relevantes.

No vocabulário sociológico, e em síntese, falar de encontro e de solidão remete-nos para a questão das sociabilidades e, no seu interior, para os problemas relativos à afirmação e ausência de interação. É claro que quer a afirmação quer a ausência de interação pressupõem vivências específicas (diversas, concerteza), contudo, diz a mais elementar regra sociológica que podemos aprender muito sobre uma prática analisando igualmente o seu produtor/protagonista. Assim se compreende, e porque fenómeno produtor de identidade social, que qualquer prática de sociabilidade seja passível de ser associada a variadas produções ideológicas, obrigando, por isso, a sua conceptualização não só a captar os seus efeitos práticos, mas também aqueles que, por força da prática, se constituem em obstáculos epistemológicos.

Aqui residirá, quanto a mim, a possibilidade de promover um entendimento válido das práticas de sociabilidade — e sublinhe-se o seu registo plural: não existe um encontro, mas diversas formas de encontro; não existe uma solidão, mas muitas maneiras de estar sozinho — menos dado ao diagnóstico generalista, antes mais apto a circunscrever as «nuances» de que as mesmas se revestem, contextualizando-as e atribuindo-lhes o *significado* devido no quotidiano dos seus protagonistas.

De resto, o que do ponto de vista da conceptualização sociológica está em causa numa reunião de amigos num café, nos bons dias da dona x ao sr. y, ou no dia-a-dia feito de breves alegrias frente ao écran televisivo é não só a configuração das interacções, a relação entre os falantes ou a escolha dos programas televisivos, mas, sobretudo, a possibilidade de explicar/compreender o processo social da sua construção.

Acrescente-se ainda que uma tal conceptualização seria impossível sem a consideração do elemento espaço. O espaço que aqui me serve de referencial é o da cidade do Porto, mas porque também esta é uma cidade descontínua, trago aqui algumas das reflexões que me suscitou a observação das sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória.

2. Vitória: um ghetto típico?!

A operacionalização da mais elementar regra sociológica sobre a análise de sociabilidades, acima mencionada, é agora passível de aplicação. Não procurar conhecer quem são os protagonistas das sociabilidades da Vitória

seria cair, com muita facilidade, em formulações do tipo «*a Vitória tem um modo de vida típico, tripeiro*», ou ainda, «*aquilo é só marginalidade*»...

A leveza da formulação comum dá origem a uma representação que toma a parte pelo todo, impedindo — tão totalitária é — interrogações subsequentes.

Gostava de começar por pôr em causa esta representação totalitária de uma Vitória uniformemente constituída por marginalidades de sotaque tripeiro.

Em primeiro lugar, a Vitória não é tão «tripeira» como se pensa — mais de metade dos seus actuais 4000 habitantes são, para utilizar uma expressão local, «de fora». Em segundo lugar nem só de *desvios* viverá ela. Não se pense que com isto ignoro o facto de termos de deparar, sempre que damos um passeio pelas suas principais ruas (a qualquer hora do dia ou da noite) com «dealers» sempre a «dealar», ou com o olhar distante de prostitutas à espera de trabalhar. O que digo é que o *habitat degradado* desta franja do centro histórico (eventual candidato a um lugar no património do mundo) alberga muito mais do que a vista desarmada deixa ver.

Se o perfil, demográfico da Vitória pode ser resumido em dois ou três traços principais — envelhecimento populacional, forte feminização, elevada taxa de saída para a periferia do Porto (de 1981 a 1991 a Vitória perdeu mais de 30% da sua população) —, já a sua composição social é manifestamente mais complexa.

Sustentar a tese do carácter socialmente homogéneo da população da Vitória é tarefa complicada. Isto porque nela coexistem, e diga-se em abono da verdade de um modo não necessariamente consensual, vários agrupamentos sociais, nem sempre portadores das mesmas visões do mundo e dos mesmos modos de vida. Com efeito, se bem que a *subproletarização* de uma franja considerável dos seus habitantes seja testemunhada pela própria vigência local de um *projecto de luta contra a pobreza*, seria ingénuo generalizar tal situação a todos os seus habitantes. Na realidade ainda que passível de generalização a várias categorias etárias, e sobretudo muito visível na população mais jovem e mais velha, esta situação transporta consigo a marca das baixas qualificações escolares e profissionais que caracterizam uma boa parte das famílias da Pequena-Burguesia de Execução e do Operariado Industrial — as famílias de classe mais representadas na freguesia, com especial relevo para a PBE (43% das famílias pertencem a esta fracção) — e que se alimenta da reprodução continuada de ciclos viciosos de pobreza, até à data, de todo inquebráveis. Contudo, a Vitória concentra ainda efectivos consideráveis que não sofrem da instabilidade característica do mundo subproletário. E para além das famílias da PBE e do 01 não afectadas por

este processo é ainda possível identificar alguns núcleos familiares (mais ou menos «puros») constituídos por artesãos e pequenos proprietários, assim como um ainda relativamente considerável contingente de famílias constituídas por agentes dotados de qualificações profissionais (e/ou escolares) mais elevadas.

Assim, pelo menos uma conclusão será de tirar: a Vitória, não obstante ser atravessada por fenómenos de exclusão e desvio sociais, possui uma configuração social não homogénea. Será, deste modo, possível manter a seu propósito um discurso que a retrate como uniforme nos seus modos de vida, ou seja, somente como um lugar *tipicamente portuense*, onde, «*por força dos azares da vida*», o desvio e a pobreza são visíveis 24 horas por dia?! A resposta quanto a mim é claramente negativa. E se faço todo este percurso para falar de sociabilidades é porque é exactamente nestas que uma boa parte desta não homogeneidade social tem consequências mais evidentes.

3. Investimentos relacionais

Quais serão, então, os traços característicos dos encontros no espaço público da Vitória?

A partida, uma primeira resposta a esta questão poderá passar pela identificação dos grandes conjuntos de situações quotidianas locais susceptíveis de resultarem em encontros. Ao fim de algumas observações penso que não será difícil concluir que estes terão uma tripla configuração, consoante sejam levados a cabo entre os «dealers» ou as prostitutas — quantas delas também reconvertidas ao trabalho dos primeiros?! — (um grupo de encontros marcados pelo mencionado desvio), ou pelos habitantes locais nas suas deslocações diárias, ou ainda aqueles que têm aqui o seu local de trabalho.

É certo que o grau de comunicação entre os protagonistas destes três grandes conjuntos é possível (entre os dois últimos é frequente), mas se existe característica susceptível de identificar a Vitória é, a este nível, o grau de não comunicação entre o primeiro e o segundo, sobretudo quando se ocupa o mesmo espaço: refiro-me, por exemplo à presença das prostitutas na Rua dos Caldeireiros «*com quem ninguém daqui fala*» (para utilizar a frase de uma habitante local, que logo rematou com o diferenciador *as¹ não são de cá*); ou ao caso dos dealers — quantos deles «*jovens desgraçados daqui*» (outra expressão de um habitante local) com quem raramente se fala ou a quem se diz algo apenas por respeito pela família ou em memória dos tempos de uma infância que se conheceu como «igual à de todos os outros de aqui».

Mas, quer sejam mais ou menos «verdadeiras» do que eram há 20 anos atrás — o modo como os «verdadeiros vitorianos» ou os «vindos com a cheia» colocam o problema — as práticas de sociabilidade aqui definidas revelam ainda a existência de *redes de interconhecimento* — facto susceptível de ser comprovado na observação dos ritmos quotidianos de «saída», «entrada» e «permanência» em que os agentes locais se envolvem —, embora, tanto a observação como o discurso dos habitantes revelem uma certa afirmação do *anonimato* como característica algo nova na configuração sociabilitária local.

A este propósito, penso que a leitura de uma das muitas sínteses de observação das sociabilidades locais que tive oportunidade de fazer poderá servir como ilustração de algumas das conceptualizações que acabo de apresentar.

Ainda que muito rápido, o movimento de saída matinal do núcleo antigo da Vitória daqueles que se deslocam para trabalhar (e estudar) fora efeito de múltiplos cumprimentos e curtas conversas, efectuadas à medida que o reconhecimento dos vizinhos se realiza. Por outro lado, não se pode deixar de identificar um considerável número de pessoas que demonstram pouca vontade de relacionamento e alguma contenção sempre que o fazem.

Contudo, o reconhecimento possível parece ser bastante reforçado durante a manhã, à medida que as mulheres, donas de casa, vão abrindo janelas, estendendo roupa ou saindo para fazer compras diárias nas lojas mais próximas.

Um olhar atento aos restantes protagonistas da manhã semanal da Vitória descobre, com o seu fim, e sempre que o Sol o permite, os idosos que saem para resolver os seus muitos problemas ou para passear pelas ruas sombrias.

Se acrescentarmos a isto a correria dos miúdos para a escola e as deslocações daqueles que aqui trabalham e estudam teremos um retrato aproximado das suas manhãs.

Com a hora de almoço o movimento aumenta. O regresso a casa de muitos habitantes para a refeição revela a proximidade do emprego; outros como aqueles que aqui trabalham aproveitam as muitas casas de pasto para almoçar; enquanto outros ainda dão utilização à relva dos jardins mais próximos para o descanso de uma manhã de trabalho na Cadeia da Relação: as obras nunca mais acabam!

O movimento nas ruas volta a aumentar. Os pequenos cafés enchem-se, as crianças vão e voltam da escola, aqueles que trabalham

fora regressam aos empregos (continuando as conversas da manhã, de outros dias ou simplesmente sós).

Torna-se, assim, possível definir o perfil daqueles que permanecem na Vitória. Enquanto muitas ruas ficam desertas, alguns «velhos» saem de casa em direcção a um café local ou da baixa; raramente se vê algum dirigir-se para um centro de dia; a maioria fica em casa — por vezes, espreitam das janelas altas para a rua, lá em baixo.

Em algumas ruas interiores é possível identificar conversas femininas tidas na soleira da porta (já poucas) e sentem-se as crianças a improvisar carros de rolamentos ou a construir «tobogans» com bacias de plástico e a escorregar pelo paralelepípedo gasto das ruas mais íngremes do morro. Na zona das Taipas os jovens — quantos deles denunciando a situação de desempregados — vão-se juntando à porta dos cafés, alguns conversam.

Nas ruas onde os tascos são efervescentes, homens envelhecidos pelo tempo e pelo vinho conversam alto e bebem.

A medida que o entardecer faz incidir a sua luz amarelada no interior das ruas, as pessoas começam a regressar a casa. As 'retóricas pedestres' ganham aqui a forma de sociabilidade dominante: calmamente, os homens, rapidamente, as mulheres, trocam-se palavras carregando pequenos sacos e regressa-se a casa. Alguns homens ainda param no sítio do costume...

Com a noite as ruas vão ficando desertas.

Se esta poderá ser a configuração das sociabilidades públicas durante a semana, ao fim-de-semana ela altera-se nitidamente. Se o emprego comercial de muitos habitantes explica que durante a manhã de sábado o paradigma de sociabilidades dos que saem seja muito semelhante ao semanal, outros fenómenos contribuem para transformar a realidade que encontramos durante a semana: nomeadamente, tudo o que passa pelas deslocações femininas às mercearias locais, aos supermercados do centro ou à Feira da Rua Escura, sendo raramente acompanhadas por ajuda masculina em tais tarefas.

A tarde de sábado conhece a movimentação, calma, dos jovens dos clubes locais que se deslocam para os jogos de futebol. Eles e os adultos que os rodeiam vão conversando, sobre estratégias, jogadas, brincadeiras... Ao lado deles os «outros» jovens da Vitória continuam a «dealar»... E, lá em baixo, junto à «Bateria da Vitória», o fim de tarde trás alguma gente a missa.

Com a noite de sábado a movimentação aumenta na zona de Barbosa de Castro, por causa dos 'pubs' que aí se situam. Uma movi-

mentação que diminui para o seu ritmo menos intenso durante todo o domingo: a manhã conhece apenas alguma animação com os ajuntamentos masculinos do Campo dos Mártires da Pátria; a tarde só tem movimento, masculino envelhecido, na Rua dos Caldeireiros, e junto ao Convento de S. Bento da Vitória em domingo de concerto da Orquestra do Porto, ou em domingo de algum evento local, pelo que apenas se adivinha por detrás do deserto das ruas da Vitória o som de muitas televisões, em ésteriofonia...

Voltando, agora, às reflexões suscitadas pela problemática do encontro e da solidão na Vitória, e reactualizando os elementos relativos à sua não homogeneidade social, de que modo se poderá entender a estruturação simultânea de uma rede de interconhecimento e a afirmação do anonimato?

Penso que a resposta a uma tal questão passa pela clara diferença de investimento relacional no local consoante estejam em causa protagonistas oriundos de diferentes grupos etários e sexuais, mas sobretudo das diferentes classes e fracções de classe localmente representadas.

De todas as questões relativas às *práticas públicas sociabilidade local* a que uma amostra representativa da população da Vitória foi submetida «falar com amigos (as) na rua» foi a única com valores francamente positivos — o que passa pela mencionada importância das retóricas pedestres. Contudo, algumas nuances e diferenças de comportamento são aqui bem patentes.

Se mais de 90% dos homens manifestam ter na rua um local de encontro, mais de 50% das mulheres recusam-na ou manifestam-lhe indiferença, e se no que respeita ao seu uso pela diversidade dos grupos etários não existirão grandes diferenças — com os «jovens» e os «adultos-jovens» a avultarem na preferência —, onde a análise dos investimentos relacionais revela um carácter surpreendente é ao nível do investimento classista de que são resultado. Com efeito, é precisamente na fracção de classe mais representada localmente — a PBE — que avultam e são patentes as recusas da rua e, comparativamente com outras classes, uma menos decisiva importância de tal quadro de interacção nas suas trajectórias e relacionamentos.

De resto, este é um raciocínio susceptível de aplicação a outras práticas públicas de sociabilidade local, onde o maior investimento relacional é sempre mais patente no O1 e, surpresa das surpresas, na fracção mais qualificada da Pequena-Burguesia — a Técnica e de Enquadramento. E, se por outro lado, pensássemos que este claro desinvestimento por parte da PBE local no seu espaço público fosse compensado por um maior investimento no resto da

cidade teríamos, mais uma vez, de rever tal posição e colocar o mesmo OI e a mesma PBTE nos lugares cimeiros. Assim, e os resultados relativos ao investimento doméstico o comprovam, estamos, no caso da localmente predominante PBE, perante um nítido *fenómeno de privatização* (já que nem mesmo ao nível do investimento relacional nos espaços semi-públicos locais — amplamente estigmatizados, sobretudo, no caso dos tascos — este padrão se altera de modo efectivo).

Assim, podemos verificar que os protagonistas mais efectivos do segundo conjunto de interações anteriormente mencionado é substancialmente constituído por agentes pertencentes à PBTE e ao OI. A que se poderá dever esta configuração? A resposta passa aqui por referenciar os vectores de identidade sempre associados a qualquer prática de sociabilidade.

4. Uma muito breve tentativa de interpretação sociológica

A compreensão desta diferença de investimentos relacionais no espaço público local não pode deixar de equacionar os modos de vida que presidem ao quotidiano dos seus protagonistas.

Sem dúvida alguma, e em síntese, que a ausência da PBE dos espaços públicos da Vitória deve ter em conta «os critérios de moralidade» de que estes agentes fazem revestir as suas práticas e as regras da «sã convivência» nas vizinhanças: regras que com o envelhecimento e a passagem dum «ascetismo optimista a um pessimismo regressivo», se vêem transformadas em «férreos códigos de conduta» *K*

Por outro lado, o predomínio do investimento relacional do OI só pode ser compreendido no âmbito do «fechamento do seu universo dos possíveis», onde o *princípio de conformidade* à situação que se vive «é pleno de efeitos práticos» tornando pouco polémico aquilo que para a PBE é o pomo da discórdia: a vivência de um espaço público atravessado por desvios — a este propósito ouvi variadíssimas vezes frases do tipo «desde que não haja misturas não há problemas»!

De igual modo a presença da PBTE — masculina — só é possível de compreensão no âmbito do «bairrismo prudente» de que os seus agentes fazem rodear o seu comportamento: são precisamente estes agentes que — conscientes da imagem desviante que é projectada sobre a Vitória — mais tentam distanciar (*nos devidos termos*) tal atributo, maximizando um lado

¹ BOURDIEU, Pierre — *La distinction*, Paris, Minuit, 1974.

mais «típico» (também compreensível devido ao facto de estes agentes pertencerem às segundas/terceiras gerações, dotadas, por isso, de uma socialização primária feita nas ruas locais e a tal realidade estar associada uma configuração identitária dotada de alcance alargado no discurso dos agentes — refiro-me, por exemplo, à localmente célebre história dos «índios da cordoaria»).

Para terminar, e para tornar viável uma sempre útil abertura ao diálogo, voltaria a salientar a importância de circunscrever as representações e produções simbólicas dos agentes/actores sociais a propósito das suas práticas. Como afirmava um deles *«a reputação má não muda. A Vitória como zona histórica para o turista é muito bonita, mas o portuense não vai à Vitória porque está incutido que nas zonas ribeirinhas as pessoas falam mal, que se insultam umas às outras na rua, que vão para a varanda estender a roupa e dizer à vizinha para se ir lixar e que o teu homem é assim... Isto ainda está nesse pensamento»* — dizia.

Só uma vez circunscritos estes e outros pensamentos será, quanto a mim, possível repegar os termos desta Noite e designar então a Vitória como local de manifesta produção de encontros, de afirmação de solidões — quantas delas em pleno espaço público — e, sobretudo, de profundos desencontros.

Intervenção de CARLA GUERRA, ROSA COUTO e MARIA DA Luz SILVA

O peso da solidão ganha proporções cada vez mais vastas nas sociedades actuais. A sociedade Portuguesa não foge à regra. Esta coloca ao dispor dos indivíduos um conjunto de instituições e serviços, que surgem como indicadores da presença do fenómeno da solidão e que tentam dar resposta, apoiar e orientar aqueles que experimentam esta sensação, servindo-lhes de suporte. É pelo facto de que a solidão afecta frequentemente as pessoas em geral tornando-se cada vez mais explícita, que este tipo de acções surgem numa sociedade que luta contra a solidão. Neste sentido, os serviços telefónicos S.O.S., a Caritas, Hospitais, Segurança Social, entre outros, funcionam como mediadores aos quais a população pode recorrer.

Tudo isto leva a pensar até que ponto a sociedade em que vivemos se identifica com uma «multidão solitária», que aparece escondida e recolhida na sua própria concha.

Tendo em conta esta problemática, foi realizado um estudo comparativo entre dois bairros de Associações de Moradores da cidade do Porto (um central, outro periférico), no qual se analisou de que forma a solidão é sentida, percebida e combatida, ao nível do quotidiano.

O conceito de solidão comporta um tipo negativo e outro positivo. O primeiro caracteriza-se por um estado de solidão não desejado, desagradável e insatisfatório para o indivíduo que a sente, acarretando por vezes problemas psicológicos e sociais. Daí a necessidade de a combater.

No outro polo, a solidão positiva é aquela que é desejada, agradável e satisfatória para o indivíduo que optou por ela. Este tipo de solidão é geralmente momentânea, podendo tornar-se numa solidão negativa se se mantiver durante um longo período de tempo.

A solidão é experienciada de várias formas, tendo um forte impacto nos hábitos sociais e nos comportamentos quotidianos. Ela é sentida pelos indivíduos em geral e obedece a um processo social de produção, que é um fenómeno complexo. Esta complexidade resulta da diversidade de causas prováveis de origem da solidão, onde se destacam três contextos fulcrais: o contexto social, ou seja, o meio urbano proporciona, por vezes, relações superficiais, esporádicas e pouco duradouras, como encontros ocasionais. Estes factores, aliados ao stress, à estruturação do tempo, conduzem a inúmeras limitações juntamente com a delimitação (segregação) do espaço em função das classes sociais que o ocupam, podendo levar a estados de solidão. O contexto psicológico, implica factores internos como a timidez, insegurança, traços de personalidade que proporcionam mais facilmente emoções como a solidão. O contexto situacional, isto é, factores extra-indivíduo como a morte e/ou separação de entes queridos, a quebra de relações a vários níveis, ligados a papéis e estatutos sociais e à idade, dão igualmente origem a estados de solidão.

No âmbito mais micro da análise, é relevante proceder à caracterização dos actores que povoam o espaço social dos dois bairros urbanos, inseridos no sistema mais amplo que é a cidade.

A localização geográfica, sendo um bairro situado no centro da cidade e o outro na periferia, é determinada e determinante pelo e do quotidiano da população.

A maior parte da população de ambos os bairros caracteriza-se por manter um ciclo de vida constante, a nível da naturalidade e residência anterior, característico de uma estabilidade social e física/espacial.

Os habitantes dos dois bairros, embora ambos pertencentes a classes sociais baixas e médias baixas têm origens diferentes, sendo a população do bairro da periferia de origem rural, e a do bairro do centro de origem urbana.

O tipo de profissões é demonstrativo do género de população dos bairros. São predominantemente profissões ligadas à Indústria, Comércio, Administração e Serviços.

A grande maioria da população possui baixos níveis de escolaridade (4.^a classe), embora exista um grande número de jovens com/ou a frequentar o ensino secundário.

Do referido anteriormente, temos todo um conjunto de características sociais, que nos permitem visualizar contextos situacionais e causais de solidão, existindo em simultâneo, ou não, implicando um processo social da mesma. No entanto, este processo encontra-se na origem de um outro — processo social de combate à solidão. Isto é, o processo social pelo qual os indivíduos diminuem o efeito de uma solidão negativa, através de um conjunto de práticas quotidianas realizadas conscientemente ou não, para esse fim.

Práticas estas que passam por tarefas efectuadas no Trabalho/Escola nos momentos de lazer e nas actividades diárias necessárias (utilização de transportes, quer públicos, quer privados, ir às compras, realizar actividades domésticas, entre outras).

Este combate difere consoante as características intrínsecas do indivíduo, ou seja, a personalidade, idade sexo, bem como as regras sociais existentes no meio circundante, onde esse mesmo indivíduo se integra e com as quais se identifica ou não.

Factores como o capital económico, cultural e social determinam a forma adoptada para combater a solidão sentida.

Os indivíduos podem combater a solidão sozinhos ou acompanhados, quer isso implica uma atitude passiva (não fazer nada, dormir ver T.V., etc), ou activa (conversar, praticar desporto, tornar-se membro de uma associação, etc).

Tendo como ponto de partida a interpretação do sistema urbano com os subsistemas económico, social e cultural, é um facto a mútua influência exercida entre o meio envolvente e o indivíduo, um alterando o outro, num contínuo processo em transformação. Assim, é fundamental a análise da interrelação estabelecida entre os actores num espaço social particular (o bairro), e entre estes sujeitos e o meio urbano (a cidade do Porto).

O meio urbano caracteriza-se por uma forte estruturação funcional do tempo em função dos transportes (nomeadamente públicos), que orientam as diferentes formas de relações sociais e ritmos de vida. É imperativo vincar, que apesar de aspectos considerados negativos decorrentes da vivência na

cidade, o meio urbano permite também o desenvolvimento de relações intensas — grupo de amigos, grupos de interesse, grupos associativos e subculturas — oferecendo aos seus habitantes um leque diversificado (inexistente em outros meios) de opções e possibilidades em diversas áreas (trabalho, lazer, equipamentos relacionados com o comércio e serviços).

Assim, são socialmente oferecidos aos indivíduos várias possibilidades no meio da cidade, bairro e casa. Procurámos avaliar em função das características sociais, culturais e económicas, quais os meios seleccionados para evitar ou combater a solidão.

A casa é considerada maioritariamente o lugar preferencial no processo de combate à solidão. As actividades realizadas no espaço caseiro são caracterizadas pela passividade (em grande parte como é o caso dos lazeres domésticos receptivos — ver T.V., vídeo, ouvir música, rádio, ler) — e lazeres de abandono — dormir ou não fazer nada. São também valorizados alguns lazeres mais expressivos relacionados com o contacto social — conversar — e através dos quais nos apercebemos do papel fulcral da família, para a grande maioria da população. A valorização do grupo familiar, juntamente com a preferência por actividades realizadas dentro de casa, e tendo em conta os scores baixos e médios de solidão permite-nos afirmar que este é o meio mais utilizado através do qual a solidão é combatida ou evitada pela população dos bairros. Daí a importância do parentesco para os indivíduos. É nele que estes encontram a confiança, protecção, segurança, afectividade e a ajuda necessárias.

De tudo o referido conclui-se que a instituição familiar (no estudo em causa) não se encontra em crise, sendo um dos pilares, se não o mais importante, na vida quotidiana dos indivíduos. Apesar das mudanças no núcleo familiar, os papéis feminino/masculinos tradicionais mantêm-se, enquanto que paralelamente outros valores se vão erguendo.

Do estudo efectuado chegou-se à conclusão que o combate à solidão, implica na maioria das vezes, estabelecer, manter e alargar os contactos e relações com os outros, através de actividades passivas ou não, mas realizadas pelos indivíduos que são satisfatórias contribuindo, desta forma, para evitar ou combater a solidão.

No entanto, a solidão é muitas vezes encarada como uma opção de vida. Neste caso, ela torna-se satisfatória e agradável, não necessitando de ser combatida. Na nossa sociedade surge, cada vez mais, este tipo de situação, que se relaciona com as novas formas de viver e agir, orientadas por novos valores.

A socialização e o «habitus», relacionados com os subsistemas social, cultural e económico determinam o modo como se constrói o processo social de combate (consciente ou inconsciente).

Os meios para este combate ou a forma de evitar a solidão, engloba toda uma rede social de suporte (família, amigos, vizinhos, etc), a indústria de lazer, instituições e todas as acções existentes no seio da sociedade para este fim.

Parece que na sociedade em que vivemos as relações sociais são fundamentais, existindo um esforço no sentido de as aumentar, tendendo para as intensificar (isto claro, sempre de acordo com a investigação realizada).

Não só a família é importante, como também a procura e necessidade crescentes de contacto com os outros assume uma relevância cada vez maior.

Ao contrário do que se possa pensar, e apesar daquilo que por vezes, se divulga a sociedade urbana é ainda fonte de muitos aspectos positivos. Neste sentido, poderemos então dizer que a cidade é mais uma cidade do encontro do que uma cidade da solidão.

«LOCAIS DE PODER» OU «PODERES LOCAIS»

Moderador: André Aleixo
Intervenientes: Clara Curado e Melo e Rita Valente
Maria Benedita Portugal
Natália Maria Casqueiro

Intervenção de MARIA BENEDITA PORTUGAL

Nesta Comunicação pretendemos analisar o papel desempenhado por uma autarquia de um concelho da Região Centro de Portugal — Oliveira de Frades — desde 1974 até 1992, no processo de desenvolvimento local.

Para isso, interrelacionámos as problemáticas teóricas relativas ao poder autárquico e seu funcionamento, com as respeitantes aos actuais paradigmas teóricos sobre o desenvolvimento local.

Com efeito, como o nosso objectivo principal consistia em verificar se as práticas municipais se traduziriam em estratégias de desenvolvimento adequadas às necessidades e aspirações da população local, a nossa intervenção

não pretende tanto analisar as autarquias como «Locais de Poder», mas sobretudo a forma como os «Poderes Locais» gerem o seu funcionamento.

Saliente-se, no entanto, que a eficácia da actuação destes «Poderes Locais» é tanto maior quanto mais ligados se encontram a «Locais de Poder» (leia-se outras autarquias e, principalmente, Poder Central).

Vejamos então como as relações dos «Poderes Locais» com os «Locais de Poder» condicionam as suas acções.

Quando se fala em exercício do poder local, é necessário, em primeiro lugar, perceber qual o seu grau de autonomia face ao Poder Central. Com efeito, o poder local encontra-se numa situação de equilíbrio e tensão entre o quadro legislativo regulador do seu funcionamento e o leque próprio de competências, meios e estratégias que estão ao seu alcance: a independência financeira face à Administração Central e uma legislação que tende a autonomizar as autarquias, são o contexto real do seu funcionamento*.

Daí a primeira questão colocada, tendo em consideração o objecto de estudo da nossa investigação: qual é, de facto, o poder real do poder?

De acordo com as conclusões por nós obtidas, este é um poder condicionado, não só pelas transferências de recursos financeiros provenientes da Administração Central, como e fundamentalmente, pela concepção de gestão autárquica dos seus responsáveis.

Poderemos assim considerar que é fundamentalmente a concepção de desenvolvimento dos autarcas que define o poder de actuação dos «Poderes Locais».

Por conseguinte, tornou-se imprescindível levantarmos as seguintes interrogações:

Que concepção e tipo de desenvolvimento foi posto em prática neste concelho, ao longo dos últimos anos?

A actuação desta autarquia teria como pressupostos os paradigmas de desenvolvimento endógeno, ou, pelo contrário, entenderia que o poder local se deveria limitar a actuar nos domínios tradicionais, isto é, na criação de infraestruturas básicas?

Na realidade, de acordo com os modelos de desenvolvimento actuais, cabe às autarquias deixarem de intervir apenas no domínio das obras públicas e na implantação das infraestruturas básicas, para passarem a promover o desenvolvimento sócio-económico local, actuando conjuntamente com a

¹ Sobre estas questões e para seu aprofundamento, veja-se o trabalho de Juan Mozzicafredo, et ai, *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*.

população, já que estas, enquanto agentes de desenvolvimento, poderão participar activamente na melhoria das suas condições de vida, de forma a satisfazerem os seus interesses e necessidades.

Assim, já não basta a criação de infraestruturas ou equipamentos, para se impedir o êxodo da população e o seu envelhecimento. Promover o desenvolvimento sócio-económico e cultural, corresponde agora a promover estratégias que permitam gerar emprego, atrair recursos humanos e fixar a população local. Só se conseguirá o melhoramento das condições sociais e culturais das regiões se se proceder a uma valorização dos recursos endógenos das regiões. Esta é uma das condições essenciais para se efectuar um real processo de desenvolvimento local.

Para este efeito, as autarquias deverão abranger vários sectores produtivos, agir no campo da formação profissional e fomentar a actividade cultural, tanto na vertente patrimonial (recuperação de monumentos, centros históricos e artesanato local, por ex.) como na vertente animação (promoção de actividades desportivas, festivais, espectáculos, feiras e exposições).

Seguiria estes princípios, a autarquia de Oliveira de Frades, na promoção do desenvolvimento local?, foi o que pretendemos analisar.

Quase totalmente dependente dos recursos financeiros provenientes do aparelho Central (refira-se que desde 1974 até 1992, estas transferências não cobriam sequer 50% dos gastos necessários para despesas correntes), este município principiou por efectuar um tipo de desenvolvimento que Mozicafreddo dominou de grau zero do poder local. Com efeito, numa primeira fase, tendo em consideração o reduzido grau de desenvolvimento em que se encontrava o concelho (por ex., apenas 30% estava electrificado), a gestão municipal desta autarquia, caracterizou-se essencialmente por se centrar nas respostas às solicitações imediatas da população, actuando com base numa forte política assistencial. A sua acção limitou-se à criação das infraestruturas básicas: electrificação, melhoria dos acessos, abastecimento de água e saneamento básico. A minimização das capacidades do poder local e uma atitude imediatista da acção camarária actuando em domínios tradicionais de pouco risco e inovação, caracterizaram assim, a gestão autárquica até 1987/88.

Porém, este tipo de actuação consolidou a integração social e uma efectiva melhoria do nível de vida das populações, pelo que observámos uma forte identificação dos munícipes com os seus responsáveis políticos — saliente-se que os primeiros autarcas de Oliveira de Frades permaneceram no poder durante três mandatos consecutivos.

O «presidencialismo municipal», fenómeno resultante de uma relação directa e pessoal dos políticos com os cidadãos (a tomada de decisões tinha fundamentalmente como base uma gestão «auto-centrada» e individualizada na auscultação das opiniões da sociedade civil, em detrimento de formas institucionais de consulta e participação), reforça as competências pessoais dos autarcas para a resolução dos problemas, e, a propósito, contribui bastante para dificultar a possível distinção que se queira efectuar entre «Poderes Locais» e «Locais de Poder».

A partir de 1987/88, a actuação deste município passou a investir noutros domínios que não os tradicionais, bastante mais concordantes, em nossa opinião, com as concepções expressas pelo paradigma de desenvolvimento endógeno.

Senão vejamos: assiste-se à promoção da iniciativa privada com o intuito de reconstruir-se a base produtiva do concelho de modo a atrair-se actividades geradoras de emprego ²; as estratégias adoptadas reflectem uma mudança no relacionamento do poder local com a sociedade civil; é agora defendido pelos autarcas que a liderança deverá ser feita através da cooperação e reciprocidade com os sectores mais dinâmicos da população, seja para a implantação de novas infraestruturas, seja para a promoção da animação cultural do concelho. A sociedade civil passa a ser apoiada nas suas iniciativas culturais, quer através de subsídios atribuídos às Associações do concelho — recorde-se que a criatividade social depende do reforço do tecido associativo, por parte do poder local, mediante uma política de apoio às colectividades — quer através do acesso a equipamentos de lazer e serviços, centros culturais, desportivos, recreativos e casas do povo. A preservação do património cultural através da elaboração de uma monografia do concelho, da recuperação de monumentos arqueológicos e do centro histórico, para além de acções de formação profissional destinadas a jovens e adultos para recuperar o artesanato local, são ainda iniciativas que constituem formas de se valorizar a identidade cultural local daquela região ³.

² Para mais pormenores sobre a forma como a autarquia coseguiu atrair investimento económico externo, adoptando estratégias defendidas pelo actual modelo de desenvolvimento, consulte-se o exemplar da autora, resultante do trabalho de Seminário: *Poder Local e Desenvolvimento - Um Concelho Rural em Mudança*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

³ Sobre um exemplar de cooperação entre este município e as Associações, que se nos afigurou bastante proveitoso para a promoção de novos hábitos de consumo cultural com qualidade, veja-se o mesmo trabalho da autora.

Concluindo, apesar do desenvolvimento da componente sócio-cultural assumir uma grande importância para esta autarquia, a animação de actividades económicas para a criação de emprego, atracção e fixação da população, surge-nos como o núcleo central de concepção de desenvolvimento subjacente à actuação deste município.

Contudo, e apesar da população deste concelho ter aumentado (segundo os resultados dos Censos Preliminares de 1991), fenómeno raro em regiões do interior como esta, não poderemos efectuar, neste momento, uma avaliação correcta da experiência recente deste município, em termos de consequências que, por exemplo, a instalação das indústrias poderá a médio prazo provocar na região — sinergias locais, ou, pelo contrário, acentuar dependências e hierarquias funcionais.

Parece-nos, no entanto, que o facto de existirem iniciativas como estas, constituem indícios que as Câmaras Municipais (os «Poderes Locais») poderão ultrapassar os domínios tradicionais da sua actuação (assumirem-se menos como «Locais de Poder»?) e, conseqüentemente, contribuir para um desenvolvimento autónomo e sustentado dos seus municípios.

Intervenção de NATÁLIA MARIA AZEVEDO CASQUEIRA

1. Tendo em conta aquilo que se pretende com estas «Noites de Sociologia», isto é, dar a conhecer as experiências de trabalho de pesquisa de recém licenciados em Sociologia, a comunicação que hoje aqui apresento resulta precisamente de um trabalho de investigação empírica realizado em 1991-92 integrado no seminário de investigação «Poder Local e Desenvolvimento» do Curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que constituiu a tese final de licenciatura em Sociologia.

Foi um trabalho que procurou abordar a questão do poder local e do desenvolvimento através de uma das suas linhas temáticas possíveis: a(s) relação(s) entre o poder local e a animação sócio-cultural tanto sob o ponto de vista do poder local como do das associações locais. Por outras palavras, interessou-me delinear as relações, as proximidades e as distâncias entre o poder local e a animação sócio-cultural, concretizando uma abordagem possível do desenvolvimento integrado de uma região. No fundo, compreender em que medida o planeamento político da cultura tinha em vista ou não o desenvolvimento local.

2. Antes de mais, escolhi esta temática porque é inegável a actualidade teórica e social da questão do desenvolvimento local e das dimensões essenciais à sua definição, gestão e avaliação. A concepção de um desenvolvimento territorial, qualitativo e estrutural de uma localidade, definida como «espaço de ser» específico, impõe-se, não só nos discursos teórico-científicos mas também nos projectos e nas práticas políticas. Tem-se assistido nos últimos anos a um processo crescente de afirmação do poder local como realidade política e social que procura encabeçar, entre outros aspectos, o desenvolvimento dito integrado. Por outro lado, a cultura, sendo uma das dimensões constitutivas do potencial endógeno de uma região e um importante processo de identidade e de integração individual e colectiva, tem sido foco das atenções dos próprios políticos.

Ora, o crescente interesse do discurso político pelas questões da cultura local e o visionamento de algumas práticas de criação e de difusão cultural por parte dos agentes políticos e culturais locais, concretamente na localidade alvo do estudo, fizeram com que se levantassem questões que justificassem um percurso de pesquisa.

3. Tal percurso de pesquisa desenvolveu-se numa localidade específica, tomando como universo de estudo os agentes locais emissores de cultura da freguesia de Póvoa de Varzim. A amostra final foi constituída por 3 agentes políticos locais, nomeadamente o Presidente da Câmara, o Vereador do Pelouro da Cultura e o Chefe de Divisão Cultural dos Serviços Culturais do concelho e por 17 associações culturais locais. Foram utilizadas como técnicas de pesquisa a análise de fontes documentais, a entrevista semi-directiva e a análise de conteúdo.

4. Construiu-se, assim, um objecto de estudo: a dinâmica cultural como produto possível de uma vontade política local real e, conseqüentemente, como um dos vectores preferenciais de promoção de desenvolvimento. Deste modo, avaliei as *intenções*, os *projectos* e as *práticas culturais* na freguesia de Póvoa de Varzim, de 1988 até 1991, sob o ponto de vista dos *agentes emissores de cultura* e segundo dois níveis de análise: aquilo que defini como agentes de animação sócio-cultural institucionalizada (o papel cultural assumido pelo poder político) e agentes de animação sócio-cultural não institucionalizada (as associações culturais, recreativas e desportivas locais). As hipóteses foram definidas tendo em conta precisamente cada um dos elementos anteriores, isto é, as *intenções*, os *projectos* e as *práticas culturais* do poder político local e das associações.

5. Sem querer estar aqui a enunciar exaustivamente quer as hipóteses de trabalho quer as próprias conclusões, alguns aspectos poderão assinalados:

- a) Não é tarefa fácil dotar uma localidade do estatuto de um verdadeiro espaço cultural. Se há câmaras que desenvolvem já um trabalho contínuo e planificado de intervenção cultural, concebendo a cultura nos seus modos de fomentar e projectar uma localidade, outras há que arrastam «políticas não políticas» ou políticas circunscritas à gestão de recursos.
- b) Não são só as carências orçamentais humanas e materiais que explicam a secundarização política da componente cultural no sistema político local. Há sobretudo a falta de vontade política e a ausência de um projecto articulado e coerente.
- c) As convivências entre o poder político e a cultura não existem. A concepção de que a cultura poderá constituir um dos potenciais factores de desenvolvimento endógeno não parece fazer parte dos horizontes camarários e associativos. A cultura nunca assume o carácter de recurso económico e político para o desenvolvimento. Pelo contrário, adquire fundamentalmente uma dimensão popularesca ou uma dimensão lúdica. A cultura é ainda uma realidade remota e mesmo alguns dos esforços desenvolvidos pecam pela falta de credibilidade política e pela inexistência de recursos financeiros, humanos e materiais.
- d) As associações não estão vocacionadas para desenvolver um trabalho cultural em moldes territoriais. O seu projecto global passa pela reafirmação da identidade cultural local e pela participação expressa da população, mas as suas práticas reais dificilmente podem ser pensadas como elementos de transformação cultural e social da localidade. As associações vivem o dilema da luta pela sobrevivência, afirmando-se mais um associativismo quantitativo do que qualitativo, face às dificuldades sentidas, à precaridade de recursos e à necessidade do subsídio camarário.

«O INSUSTENTÁVEL PESO DAS INSTITUIÇÕES»

Moderador: Cristina Resende

Intervenientes: Ana Teixeira, Angelina Ramalho, Raquel Correia, Cláudia Oliveira e Helena Gil da Costa

Intervenção de CLÁUDIA MARISA SILVA DE OLIVEIRA

«A imaginação é a substância de todos os universos.»

ABDUL-KARIM GILL

Esta comunicação foi realizada com base no Seminário de Investigação: *Trabalho, Educação e Mudança Social*, do Curso de Sociologia (1992/93).

Era minha intenção abordar a questão do insucesso educativo, entendido enquanto inadaptação que a criança experimenta em relação à instituição escolar.

Assim, escolhi uma escola do 1.º ciclo do Ensino Básico em cuja realidade procurei estudar os mecanismos geradores de comportamentos desajustados e inadaptação escolar. Foi também meu objectivo analisar até que ponto a expressão criativa e artística na escola ajuda a ultrapassar situações de inadaptação escolar, promovendo o desenvolvimento global da criança. Esperava, com este trabalho, encontrar pistas para a seguinte pergunta/problema:

Até que ponto a introdução de uma actividade artística numa estrutura fechada (escola) que fomenta a desigualdade ao compartimentar saberes e técnicas, se torna numa possibilidade real.

A Escola desajustada... à criação?!

A Escola deveria ser constante criação, descoberta, experiência... Mas, a verdade é que a escola contemporânea está mais preocupada em instruir do que formar. E essa instrução acaba sempre por ter em conta interesses que não são os dos alunos. A escola não deveria só preparar os alunos para uma profissão, mas também fornecer-lhes os meios para se conhecerem explorarem..., cultivando-lhes a imaginação e permitindo-lhes Ser.

Assim sendo, a educação no seu projecto de desenvolvimento global da criança, tem de ter em conta que, a par do desenvolvimento intelectual, está

o social, o afectivo, o artístico, o físico, o criativo..., cabendo à escola, enquanto agente de socialização, esta tarefa.

Entramos, então, no campo de uma educação pela arte que se apoia na estrutura do pensamento do aluno e do seu imaginário, fazendo com que este cresça de «dentro para fora» (Evaristo Fernandes).

Penso que através de uma educação artística/criativa se conseguirá superar diversas resistências à escola (geradoras de situações de insucesso educativo). Isto porque acredito que as expressões artísticas são importantes para o desenvolvimento equilibrado da personalidade da criança, desenvolvendo a sensibilidade, a imaginação, a espontaneidade e a criatividade.

E a criatividade é um direito dos alunos!

A dança em educação criativa

A dança revela-se dentro das actividades artísticas como a mais imediata. Isto porque a dança (movimento corporal) tem como «matéria prima» o corpo e como objectivo o equilíbrio entre a vida mental, a vida sensível e a linguagem corporal. Por isso torna-se também *educativa*.

Para a criança a dança é tão importante quanto falar, escrever ou contar. Só que precocemente é-se «forçado» a abandonar a linguagem corporal ao ser-se direccionado para um grande esforço intelectual, onde a reflexão abstracta tem o papel principal. Esta sobrecarga de informação associada a uma grande passividade corporal leva a um estado de incapacidade física de solucionar as questões colocadas pelo intelecto.

E é neste contexto que a dança adquire um papel primordial, tornando-se educativa. Assim, tem também aplicação na escola, sendo um instrumento importante no «combate» ao insucesso educativo.

A dança é educativa porque não pretende ser pedagógica. Isto é, não pretende explicar, nem ensinar o que não se pode ensinar. Os corpos falam para além das vozes e das escritas. Contam-se histórias em que a simplicidade e expressividade do movimento fazem do corpo o instrumento que traduz sentimentos e signos facilmente perceptíveis,

Itinerários... para um recomeço

Um dos principais objectivos a que me propunha no início do trabalho era saber até que ponto a «dança educativa» contribuía para o desenvolvi-

mento da criatividade e para a diminuição do insucesso educativo. Para tal, introduzi um programa de dança educativa numa escola do 1.º ciclo do Ensino Básico, caracterizada por elevadas taxas de insucesso educativo e comportamentos caracteriais.

Não era minha intenção desenvolver um projecto de educação artística, entendida enquanto formação técnica e/ou estética, mas sim uma educação artística enquanto capacidade das crianças em desenvolverem uma relação singular consigo próprias e com o seu ambiente natural social e cultural.

Uma das conclusões a que cheguei foi a de que a introdução de um programa de dança educativa no interior de uma estrutura fechada (escola) é uma possibilidade real e facilmente concretizável (mesmo quando a escola não tem um mínimo de infraestruturas adequadas para este tipo de actividades).

Os alunos aderiram de imediato à dança educativa. E isto aconteceu porque esta área surgiu como um espaço de liberdade que cada criança experimentava de acordo com o seu imaginário. A dança educativa surgia, assim, como um espaço livre, ao contrário das restantes actividades escolares que eram impostas aos alunos e que, frequentemente, lhes eram indiferentes.

Torna-se necessário relacionar os resultados da dança educativa com a «história» destas crianças. Estas pertencem a um meio familiar onde a escola não é valorizada. Em lugar da escola é o trabalho que surge valorizado, porque é necessária a subsistência. Assim, e na grande maioria, as crianças vivem um ambiente familiar que subvalorizava a escola (que surge enquanto inteligência teórica) e valoriza o trabalho (entendido enquanto inteligência prática). Ora, a criança chega à escola e depara com um cenário totalmente oposto ao de casa onde lhe é imposto um tipo de conhecimento baseado numa inteligência teórica (que não desenvolveu em casa) e que desvaloriza absolutamente a inteligência prática (que é valorizada pela família). Aliado a isto surge a linguagem escolar (altamente formalizada) que a criança não entende. E é perante esta situação que ela começa a desmotivar-se, assumindo «comportamentos caracteriais», uma vez que não consegue integrar-se na estrutura escolar.

Surge, então, um sentimento de inferioridade que se alarga à família da criança, que passa a sentir-se desvalorizada pela estrutura escolar (que é considerada legítima).

A dança educativa surgiu, pois, como espaço neutro conciliador entre a família e a escola. Nesta Área de Expressão as crianças exprimiam-se livremente, sem que existisse qualquer juízo de valor ou imposição. Passaram a sentir-se valorizadas e com capacidades que antes desconheciam, ou não

valorizavam (pois a escola não as tinha em consideração). Assim, as crianças passaram a sentir que a escola também lhes «pertencia» e que podia ser um espaço agradável. E isto porque puderam exprimir-se livremente, de acordo com os seus interesses, o seu imaginário, sem estarem apenas limitadas ao uso de um tipo de linguagem e expressão que não era o seu (mas da escola).

Em resultado disto, os alunos começaram a integrar-se mais facilmente nos mecanismos escolares e os comportamentos «difíceis» (principalmente a agressividade) foram diminuindo. E ao aperceberem-se de que as crianças estavam mais «satisfeitas» em relação à escola, os pais começaram a demonstrar uma atitude mais receptiva e interessada pelos assuntos escolares.

Julgo que é utópico e «naif» pensar-se que a escola vai conseguir «superar» todos os problemas das crianças, nomeadamente os que têm origem num meio sócio-económico e cultural. No entanto, a escola tem a «obrigação» de se tornar num espaço agradável e aberto à criança.

E penso que o grande resultado desta experiência foi que, através de uma acção conjunta (professores e alunos) se transformou a escola num espaço de criação, diversão e descoberta. E isto através da vivência do corpo, da invenção de espaços, de processos criativos. E principalmente, através da criação de uma relação, cada vez mais vasta e interventiva, com os conhecimentos de cada um e o seu mundo circundante.

Intervenção de HELENA GIL DA COSTA

1. A maior dificuldade desta comunicação consiste em reduzir para 15 minutos um trabalho de vários meses. Por isso, optei por seleccionar a apresentação e interpretação de um conjunto de dados resultante quer da aplicação de um inquérito (a educadores de infância, docentes de cursos de educação de infância, direcções das escolas e pais) com mais de 100 questões, quer da análise de conteúdo de composições de crianças. Nesta linha, apresentarei aqui os resultados que a meu ver possibilitam uma melhor compreensão dessa área tão desconhecida — a educação pré-escolar.

Não escondo ainda que considerei o seminário correspondente ao 5.º ano da licenciatura como uma ocasião privilegiada para desenvolver algumas das minhas preocupações no que respeita à educação de infância como profissão, bem como ao trabalho na formação inicial que tantas dificuldades coloca aos que recentemente ingressaram no mercado de trabalho. Por outro lado, trata-se igualmente de compreender melhor o meu próprio espaço de

trabalho e a minha posição no campo profissional onde exerço a actividade de educadora.

2. A pergunta de partida que accionou todo o trabalho de investigação empírica é indissociável, por um lado, das tensões e descoincidências existentes entre qualificações e expectativas (criadas e geradas no espaço-tempo da formação) e, por outro, dos contextos obectivos em que a actividade profissional se desenvolve. Trata-se, afinal, de saber quais os factores que, no exercício da sua actividade profissional, contribuem para que os educadores de infância possuam diferentes identidades profissionais. Por outras palavras, qual é a identidade de um educador de infância?; qual é a proximidade entre o enquadramento jurídico-legal da profissão e a realidade do dia-a-dia?; existe algum consenso por parte dos agentes envolvidos sobre a conceptualização das finalidades e objectivos da educação pré-escolar?; será que a generalidade dos espaços de intervenção dos profissionais proporciona a realização de uma educação pré-escolar eficaz?

Parece-me que vivemos no momento actual um curioso paradoxo transversal, aliás, a todas estas interrogações — se, por um lado, se trata de uma profissão recente (não se podendo, por isso, falar de uma identidade profissional solidamente constituída), será necessário, simultaneamente, falar de «crise de identidade»?

3. O modelo de análise utilizado permitiu-me traçar alguns eixos teóricos de que darei agora brevemente conta. A hipótese principal deste trabalho assenta na ideia de que a identidade profissional dos educadores de infância é função da instituição onde realizam a sua actividade docente. Por outras palavras, essa identidade depende *directamente* das condições e do ambiente que se encontram no local de trabalho e *indirectamente* do que nos é transmitido através da escola de formação. Desta forma, a identidade atribuída é sem dúvida determinante no processo de construção da identidade profissional. Assim, partindo do princípio basilar de que a identidade humana não nos é dada à nascença (Claude Dubar), não sendo, igualmente, o resultado único de personalidades individuais ou de estruturas económico-políticas, partilho a tese que as encara como uma construção social que implica a interacção entre trajectórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação.

Desta forma, a identidade do professor/educador aparece-nos como uma *montagem compôsita* (Deronet), construída a partir de um campo social específico e relacionando-se com os sistemas sociais no seu sentido mais

amplo, as instituições e os detentores de poder na vida quotidiana. Está pois em jogo uma tensão e interacção constantes entre uma identidade virtual reivindicada e uma identidade realmente reconhecida.

Em síntese, existem dois processos fundamentais que concorrem para a produção das identidades: um processo biográfico e um processo relacional. O educador de infância coloca-se, assim, no interface de diversas instituições (família, escola, organizações em geral). Sendo por excelência um profissional socializador é também, por «destino», um profissional socializado.

4. Da análise dos dados retirarei apenas as conclusões que me parecem mais enriquecedoras. Em primeiro lugar, penso que ficou amplamente comprovada a presença e o efeito de uma época de crise, com traduções expressivas na angústia perante o espectro do desemprego e a incerteza face ao futuro, o que coloca sem dúvida em jogo a imagem que os educadores têm de si próprios, a apreciação que fazem das suas capacidades e as possibilidades de realização dos seus desejos.

O educador de infância é de base preparado (identidade virtual) para recolher do trabalho uma satisfação intrínseca, baseada nos valores da autonomia e da participação. Contudo, com as inúmeras dificuldades que vão surgindo, verifica-se uma tendência para a valorização dos valores extrínsecos. Toma-se então legítimo perguntar: quais as consequências desta situação quando se dá tamanho confronto entre o *eu real* e o *eu ideal*?

Em segundo lugar, ao analisarmos a identidade atribuída (resultante da interacção com os agentes socializadores e atribuidores de identidade—colegas, superiores hierárquicos, «clientes» da instituição) nota-se um conjunto de diferenças entre os discursos e as práticas, encontrando-se estas últimas distanciadas das expectativas criadas. De facto, verifica-se que não há uma ampla participação nos espaços profissionais, nem um amplo reconhecimento das competências dos educadores, o que terá sem dúvida consequências ao nível identitário.

Finalmente, uma última referência resultante da análise de conteúdo das composições das crianças, subordinadas ao tema: «*o que me lembro da minha educação de infância*». O traço mais saliente resulta das memórias serem nitidamente positivas e valorizadoras do trabalho realizado. Talvez por isso eu seja optimista no que se refere o trabalho que nós, os educadores de infância, fazemos.

Deixo-vos com a composição da Inês, cheia da frescura e da poesia de quem tem 11 anos. Frescura e poesia de que os pesquisadores «críticos» talvez não devam distanciar-se excessivamente...

Alguém especial

Primeiro, foi a chegada, o choro, a face beijada.

Foi aquele momento que pareceu desagradável, mas, ao longo do tempo, tudo se foi tornando afecto e carinho.

Momentos que nunca passados sem alguém.

Alguém que ia surgindo forte, engraçado, também humilde. Enfim, alguém maravilhoso.

Vem história, vai teatro, vem birra, vai sapato.

Maravilha sem fim, como ter uma segunda «mamã», todos os dias, todos os anos. E sempre mais perfeita, com mais carinho e amor.

E até crescermos, até ficarmos grandinhos e termos já algum sentimento para dar a alguém, a muitos, ficamos com aquela que nos recebeu no tal momento desagradável.

Ela protege, ri connosco, sei lá, é tão bom...

No fim, depois, quando entendermos verdadeiramente o que é ter junto de nós alguém tão perto de nós, sempre connosco, então, talvez seja a nossa vez de retribuir, pois seremos já quase «senhoras» e «senhores», como diz a minha tia...

